



INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento muito importante para o funcionamento de uma instituição de ensino. Segundo Veiga (2003), o PPP dá direção – orienta – e é elaborado a partir de uma ação consciente e organizada, em que as ações fundamentais seriam a luta em prol da democratização da escola, a qual norteia a reflexão-ação dos profissionais da escola.

A autora Veiga (2003) afirma que a inovação regulatória tem por finalidade deixar de fora aquele que inova, sendo não afetado por ela. A autora em questão mostra que é criada uma separação entre os fins e os meios, no qual os fins se tornam pressupostos, e os meios tendem a ser atingidos por essa inovação. As definições alternativas são sempre deixadas de lado - sequer são levadas em questão - por conta dessa certeza ordenada que a pragmatiza (VEIGA, 2003).

Em contrapartida, a mesma afirma que a inovação emancipatória não distingue os meios dos fins, ou vice-versa; visto que a inovação, como forma de ação edificante, age sobre ambos, isto é, edifica os fins à medida em que dialoga com os meios da situação concreta. Vê-se, então, que as ferramentas de inovação emancipatória lutam contra as formas instituídas do poder, quebrando o círculo vicioso, e agindo de dentro para fora; reforçando, assim, segundo a autora, o surgimento de alternativas para a realidade.

A partir dessas considerações, a problemática que norteou as ações investigativas iniciais da presente pesquisa diz respeito a qual concepção de inovação pedagógica. Os membros do grupo de pesquisa, a partir de estudos teórico-epistemológicos, compreendem inovação pedagógica como um conjunto de intervenções pedagógicas, criadas por decisões coletivas e participativas, com intencionalidade deliberada para gerar mudanças nas estratégias de construção ou organização de conhecimentos que se alinhem às transformações histórico-sociais necessárias aos fins pretendidos.

Deve ser claro para o leitor que o texto aqui introduzido não deseja considerar apenas o projeto político-pedagógico como um simples documento; no entanto, percebe que o processo de (re)construção do mesmo possui relevante influência na implementação desse.

Considerando isso, o presente trabalho visa esboçar alguns argumentos e reflexões sobre inovação pedagógica na (re)construção do projeto político-pedagógico. O mesmo trata-se da divulgação dos resultados preliminares de uma das ações realizadas pelo grupo de Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional de Profissionais da Educação - GRUPI.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa, com abordagem qualitativa, caracteriza-se como estudo de caso, dentro de uma pesquisa mais ampla. Optou-se aqui por apresentar a investigação realizada em uma escola de Ensino Fundamental, localizada no município de Uruguaiana. O foco desse caso investigado deu-se em relação à análise documental do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Nesse sentido, utilizou-se um roteiro para levantamento e análise do PPP elaborado pelos membros do grupo de pesquisa, que está explicitado no item seguinte. Realizou-se análise documental do PPP da escola, que, segundo Matos (2015), o documento é um suporte de conhecimento consolidado materialmente, propenso a ser utilizado para consulta, estudo ou prova. Em algumas ocasiões, os documentos são os únicos meios para compreender a situação em análise. Em determinadas pesquisas, os documentos expõem e esclarecem fatos pré-estabelecidos a serem analisados.

Quanto aos procedimentos investigativos, inicialmente foi entregue à escola um documento de esclarecimento da pesquisa e carta de apresentação dos participantes da mesma. Para a coleta de dados, utilizou-se um bloco de notas e caneta para registros durante reuniões, previamente agendada com a instituição educativa. Na ocasião foi solicitado o projeto político-pedagógico vigente desde 2008 para ser analisado. Nesse momento a escola estava em processo de atualização do PPP em vigor.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

A elaboração de roteiro para levantamento e análise do PPP levou em conta os seguintes elementos constituintes e considerações propostas por alguns autores como Veiga (2008), que resultou no seguinte: 1 - Dados de identificação da escola, 2 - Tipo de comunidade, 3- Estruturação do PPP, 4- Concepção de educação, 5- Finalidades e princípios do ensino, 6- Objetivos do ensino, 7- Marco referencial geral, 8- Marco referencial específico, 9- Constituição comunidade escolar, 10- Dimensão administrativa, 11- Dimensão pedagógica, 12- Recursos financeiros, 13- Avaliação.

A análise dos dados ocorreu apoiada na perspectiva de Sá-Silva, De Almeida e Guindani (2009), em que o pesquisador não se restringe ao documento, todavia, o mesmo utiliza estratégia de campo, levando em consideração o contexto sociocultural e os sujeitos do local no qual o documento pertence.

A seguir, os resultados da análise são apresentados sob as duas perspectivas: a regulatória e a emancipatória.

3.1. PPP VIGENTE: PERSPECTIVA REGULATÓRIA

A partir do roteiro de análise do projeto político-pedagógico, utilizam-se os termos "mencionado" para os elementos que constam no documento de maneira completa e bem explicada; "pouco mencionado" para os elementos que deixam dúvidas e são descritos de forma vaga; e "não mencionado" para os que não constam; conforme poderemos perceber na análise realizada.

Os aspectos mencionados no PPP são os seguintes: 1 - Dados de identificação da escola, 2 - Tipo de comunidade, 3- Estruturação do PPP, 4- Concepção de educação, 5- Finalidades e princípios do ensino, 6- Objetivos do ensino, 7- Marco referencial geral; 8- Marco referencial específico, 9- Constituição comunidade escolar, 10- Dimensão administrativa, 11- Dimensão pedagógica. Apenas o item 12- Recursos financeiros foi considerado pouco mencionado. E classificado como não mencionado encontra-se o item 13 - Avaliação.

Com base na metodologia aqui utilizada, a partir da análise do PPP frente às anotações de comentários de professoras presentes na reunião, constatou-se a falta de suporte, com relação à mantenedora da escola para a construção do documento. Durante a reunião as professoras participantes relataram que a escola tem somente certa liberdade para construir o documento, uma vez que a mesma recebe de sua mantenedora um modelo de projeto político-pedagógico a ser observado, que é

apresentado a seguir: – Dados de identificação, – Marco situacional / diagnóstico, – Ser humano, – Sociedade, – Educação, – Professor(a), – Aluno(a), – Metodologia, – Avaliação, – Conteúdo, – Funcionário(a), – Gestão escolar, – Coordenação pedagógica, – Relações interpessoais e com a comunidade.

Foram levantados empecilhos que contribuíram para o atraso da atualização do documento, como: (a) problemas de infraestrutura na escola, que influenciaram na mudança de endereço e de contexto da mesma; (b) modelo do PPP proposto pela mantenedora da escola; (c) falta de dossiê socioantropológico da nova comunidade escolar, o que dificultou o reconhecimento da identidade escolar e da comunidade onde a mesma está atualmente inserida.

Contudo, a escola esforçou-se para organizar um novo documento com a identidade mais fiel possível da escola e estabelecer a perspectiva que ela tem para com a comunidade escolar.

3.2. ATUALIZAÇÃO DO PPP: PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

A escola se organizou para a construção do seu novo PPP, iniciando com reuniões entre todos os segmentos da instituição. Esses encontros tiveram a intencionalidade de fazer uma leitura das expectativas, anseios e frustrações que permeiam o trabalho educacional. Além disso, a escola contou com o apoio do GRUPI, que corroborou com subsídios teóricos para a fundamentação do novo documento.

Como resultado dessa etapa o PPP foi pautado em uma perspectiva emancipatória, com a participação reflexiva, que dialoga sempre coletivamente com seu contexto social. Pensando na conjuntura do diálogo com o contexto social, fez-se necessário a realização de um dossiê socioantropológico para que esse contexto fosse contemplado no documento. O dossiê socioantropológico, para Salomão de Freitas et al. (2013, p.89), “[...] trata-se de um olhar crítico e elaborado da realidade para transformá-la”. Nesse sentido, coaduna-se com as autoras quanto ao entendimento do deste dossiê como “importante documento em que estão agrupadas informações referentes às interpretações do coletivo acerca das situações do contexto e do entorno escolar, que serão estudadas e que poderão sofrer intervenção na escola”. (Idem).

As informações foram obtidas por essa pesquisa socioantropológica que permitiram a finalização do documento, uma vez que ofereceram informações da comunidade em que a escola está inserida, bem como das relações dos alunos e alunas da escola nesta comunidade.

A versão atualizada do PPP da escola apresenta todos os treze tópicos do roteiro de análise, anteriormente mencionados, em uma perspectiva emancipatória, crítica e criativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os resultados obtidos no presente trabalho, o PPP atualizado superou todos os aspectos da análise em comparação ao documento vigente desde 2008. O mesmo ainda está em processo de aperfeiçoamento e aguarda a autorização da mantenedora da escola para iniciar sua vigência.

Corroborando o que foi dito anteriormente, a LDB nº 9394/96 dispõe a instituição de ensino de relativa autonomia e liberdade para a construção de seu projeto político-pedagógico, a fim de se identificar com a realidade em que está inserida.

Percebe-se que a escola, apesar de ter encontrado alguns desafios no processo de atualização do documento político-pedagógico, conseguiu elaborar outro

PPP, a partir da contextualização realizada junto à sua comunidade escolar, com a realização do dossiê socioantropológico.

Sabe-se que é impossível conhecer uma escola por completo, sua comunidade escolar e a realidade da mesma, somente pela análise do documento PPP. Contudo, deve-se buscar o aperfeiçoamento em sua organização, direcionando a construção do projeto político-pedagógico para a leitura mais próxima possível de sua identificação real, uma vez que este documento é considerado a identidade da escola.

Com base nisso, não há exagero em afirmar que se faz necessário estimular o trabalho dialógico e coletivo em parceria entre a universidade e as escolas de Educação Básica para desenvolvimento de ações como as aqui apresentadas, que interferem relevantemente na melhoria da qualidade do processo educativo.

5. REFERÊNCIAS

MATOS, J. **Análise documental.** Disponível em: <http://repositorio.sead.furg.br/bitstream/123456789/1739/1/An%C3%A1lise_documento.pdf>. Acesso em 20 jun. 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n.1, 2009.

SALOMÃO DE FREITAS, D.P. et al. Dossiê socioantropológico: reflexões iniciais para o estudo da realidade. IN: SILVEIRA, M.M.; BIANCHI, P. **Núcleo Interdisciplinar de Educação: articulação de contextos & saberes nos (per) cursos da licenciatura da Unipampa.** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes.** Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>> Acesso em 12 jul. 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola.** Campinas, SP: Papyrus Editora, 2008.